

# COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E RESILIÊNCIA EXTENSIONISTA NA FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UFJF-GV<sup>1</sup>

Abab Nino Souza Félix Pereira Batista

## RESUMO

Este trabalho trata de repensar a extensão universitária com uma peculiaridade, a pandemia causada pela COVID-19. Além de tal fator, o artigo aborda a extensão sobre a ótica Paulo freiriana, percebendo-a como meio primordial, quando atrelada ao tripé constitucional, ensino pesquisa e extensão, para tencionar realidades e enfim produzir um olhar crítico do ser humano sobre o mundo que o cerca. Para tanto, através do programa de extensão da UFJF GV, NAGÔ (Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares), por meio do projeto Pluriversidade dos povos e comunidades tradicionais do *Watu* foram realizadas 15 lives temáticas com 15 lideranças indígenas de 10 povos diferentes, onde 7 foram selecionadas para compor o texto deste trabalho. A partir delas, discutir a importância da experiência extensionista da Pluriversidade do *Watu* na densificação do debate e da formação em direitos humanos. As *lives* estão disponibilizadas nas redes sociais *Instagram* e *Youtube*, do respectivo projeto, além da rede social do parceiro Instituto Shirley Djukurnã Krenak(ISDK).

**Palavras-Chave:** Extensão; Comunicação Intercultural; Direitos Humanos; Pandemia; Atividades Remotas.

## INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) é “o processo educativo, cultural, científico e político que

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito à obtenção do grau de bacharela em Direito junto ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, sob a orientação dos professores doutores Nara Pereira Carvalho e Reinaldo Duque-Brasil.

articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. É a partir dela que se desenvolvem atividades de diálogo e interação entre a universidade e a sociedade, visando, de forma conjunta, a trabalhar com determinadas demandas e problemas dentro daquele território. Nesse sentido, além de instrumentalizadora do processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A incorporação da extensão nas atividades universitárias tem como principal característica sua indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Isso quer dizer que a integralização das atividades de extensão perpassa pelo propósito de construção de um ensino interdependente, capaz de construir a cientificidade de forma democrática, onde os três pilares não estão isolados.

Tal compreensão foi explicitada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, segundo o qual “[a]s universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Em 2013, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) lançou na 4ª edição do Caderno ANDES, uma visão mais popular da extensão, uma vez que compreende a mútua produção de saberes, científico, artístico, cultural, dentro do diálogo universidade e sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos cientes da diversidade humana.

Neste sentido, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Pró Reitoria de Extensão (PROEX) contabilizou em dezembro de 2021 no Relatório de gestão: Atividades da Pró Reitoria de Extensão foram desenvolvidas, 564 ações de extensão entre projetos e programas nos dois *campi*. Atualmente são 65 projetos em andamento no *Campus* de Governador Valadares. A PROEX também oferece um edital específico para atender demandas do território por meio do Programa Boa Vizinhança – Rio Doce.

Um desses projetos desenvolvidos no *Campus* GV é a Pluriversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Watu, vinculado aos programas de extensão Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ) e ao Centro de Referência em Direitos Humanos. Nele, atua-se na ampliação dos espaços de educação intercultural e experimentação pedagógica interepistêmica, contribuindo para a formação inter e transdisciplinar dos(as) estudantes e docentes da UFJF-GV.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância das experiências extensionistas da Pluriversidade do *Watu* na densificação do debate e da formação em direitos humanos, analisando o conteúdo das *lives* apresentadas e pensando a contribuição de Paulo Freire sobre a comunicação intercultural. Ademais, avaliamos também os impactos positivos que, não obstante as dificuldades do ensino remoto, as atividades extensionistas virtualizadas podem gerar.

O texto foi organizado em 4 seções além desta introdução. Na primeira, são apresentadas bases teóricas e institucionais do fazer extensionista na universidade pública diante do preceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na segunda parte, abordam-se as contribuições de Paulo Freire no debate sobre as diferentes concepções de extensão e suas implicações no diálogo, ou não, entre universidade e sociedade. Na terceira, há uma explanação sobre a hermenêutica diatópica de Boaventura de Sousa Santos e um diálogo com Nilma Lino Gomes. Na quarta, o projeto Pluriversidade do *Watu* e suas contribuições para o diálogo intercultural e para a formação em direitos humanos. Por fim, as conclusões.

## **1. A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO POR UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA**

A inserção do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras nasce em um contexto onde há uma reorganização na própria sociedade do país. O cenário pós-ditatorial, de reabertura política, democratização, crescimento do movimento estudantil e reorganização dos movimentos sociais, favoreceu uma reformulação do conceito e do propósito das universidades públicas. As universidades passam a voltar-se para os interesses da sociedade como um todo, respeitando as diversidades e buscando a inclusão de grupos historicamente marginalizados e apartados do mundo acadêmico (ANDES, 2013).

Muito embora a universidade seja um ambiente de disputa ideológica, a conjuntura nacional progressista da época e as discussões promovidas pelos professores de ensino superior desde 1981 através de simpósios, congressos,

reuniões e assembleias, contribuiu para a positivação de instrumentos legais que subsidiaram a ideia de democratização do conhecimento, segundo o qual

[o] princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico (ANDES, 2013, p. 51).

Dessa forma, a construção do tripé ensino, pesquisa e extensão, além de apontar para a socialização do conhecimento científico produzido nas universidades, edifica-se também na qualidade de ensino. Isso significa o que o ANDES (2013, p. 48) denominou por “padrão unitário de qualidade”, contrário à pretensão de suprimir as diversidades regionais sobre as quais as universidades estão inclusas, visando a mitigar desequilíbrios resultantes das desigualdades socioeconômicas do país ao elevar o nível do ensino superior, perpassando pela capacidade das universidades de formar profissionais aptos a vivenciar realidades distintas, perceber as necessidades locais e atuar coletivamente em busca de soluções. Em outras palavras, o conhecimento produzido deve ser socializado, compartilhado, uma vez que a pesquisa produz conhecimento novo e a extensão relaciona-se com todos os outros setores da sociedade.

Assim, a qualidade do ensino nas universidades depende da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que reforça o papel social da universidade. A concepção mais democrática do ensino exige ações que desafiem o olhar convencional sobre a sociedade, e que possam oferecer criticidade para todos aqueles ali inseridos, de modo que

a expressão **“indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas deve ser um instrumento na direção da construção de uma universidade de um bom nível acadêmico**, pública, autônoma, democrática, que efetivamente propicie a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas (MACIEL, 2010, p. 4) [destacou-se].

O papel social da universidade corrobora uma visão que se compromete com promover reflexões sobre a regionalidade local, a fim de não perpetuar padrões de comportamento que reforcem as desigualdades sociais e, conseqüentemente, o interesse dos mais abastados. A democracia é, então, a âncora sobre a qual os ditames de educação emancipadora e sociedade crítica devem estar articulados, fazendo movimento contrário ao que Paulo Freire (2019) denominou como

massificação. O compromisso é com a formação do profissional cidadão, com o fazer educativo para a responsabilidade social e política, que contraponha o antidiálogo, o assistencialismo e a passividade social.

Com isso, diversos debates surgiram dentro e fora do âmbito acadêmico, galgando amplitude para consubstanciar os novos parâmetros de universidade. Por exemplo, os Cadernos ANDES, o Plano Nacional de Extensão Universitária, o Plano Nacional de Capacitação Docente, o Plano Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Associações Docentes (CONAD), Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) entre outras organizações.

Quanto à extensão especificamente, destaca-se a Política Nacional de Extensão Universitária (2012). Pautando a nova concepção de universidade e o processo de ensino-aprendizagem que reafirma o compromisso social das instâncias produtoras de conhecimento, o Plano prevê onze objetivos que visam a garantir e reconhecer o papel da extensão universitária dentro do processo dialógico da rede pública de ensino, para a qualidade do ensino, para a valorização da cultura regional, para o despertar da consciência social, para o ensino inter e/ou transdisciplinar (p. 9).

Reforça-se, assim, a relevância da extensão universitária como indispensável para aprimoramento do saber acadêmico e, além disso, da possibilidade de garantia de direitos outrora não previstos constitucionalmente. Nesse sentido, o caráter bidirecional do fazer extensionista possibilita o contato com culturas regionais que compõem a diversidade étnica, racial e costumeira características do Brasil, indo ao encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), definidos, conforme disposição do art. 3º, I, do Decreto 6.040, de 2007, como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Em relação aos PCT, aplica-se o artigo 215 da Constituição de 1988, segundo o qual “[o] Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a

difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Estabelece-se, portanto, proteção às manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, reconhecendo sua invisibilidade e silenciamento históricos por pressões econômicas, fundiárias e por processos de discriminação e exclusão social. Percebe-se, assim, um alinhamento com o novo projeto político das instituições, agora mais democratizadas.

Nesse contexto, a extensão universitária passa a ser instrumento de luta por transformações sociais, justiça social e aprofundamento da democracia. À vista disso, a extensão universitária continua lidando com novos desafios e novas formas do fazer extensionista, haja vista que contrapõe a maneira mais democrática e dialógica de realizar extensão com esses povos, a prática assistencialista.

## **2. A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE**

O que lança luz sobre tal temática são os estudos de Paulo Freire especificamente o denominado “Extensão ou Comunicação” (1985). Esse texto foi escrito no contexto ditatorial, quando do exílio do autor no Chile e de sua contratação para trabalhar no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (ICIRA), órgão responsável pela extensão educacional no interior do programa de reforma agrária daquele país.

Em seu ensaio, o autor opõe dois conceitos interessantes para a temática aqui tratada: extensão e comunicação. O primeiro conceito é invasor, difusionista e autoritário, enquanto o segundo promove a conscientização, a participação e a autonomia.

O conhecimento é compartilhado, não sendo unilateralmente transferível, que se estende do que se julga saber para aqueles que não sabem, mas se constitui nas relações ser humano-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. A extensão, no entanto, tem sido compreendida como transmissão unilateral de conhecimento, transmissão essa que pode configurar mais uma invasão ao outro, do que uma comunicação coparticipativa entre os presentes.

O termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão

cultural, manipulação etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa', o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autêntico. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (FREIRE, 1985, p. 13).

Segundo Moacir GADOTTI (2017), o assistencialismo e o difusionismo implicam uma transmissão vertical de conhecimento que ignora a cultura e o saber popular. As consequências seriam assoladoras para o propósito de construção da educação libertadora, citada por FREIRE (2019). Os seres humanos são essencialmente comunicativos e impedir a comunicação é reduzir o ser humano à condição de coisa, de objeto, de sujeito sujeitado (GADOTTI, 2017, p. 5).

A comunicação aparece em Paulo Freire como expressão da realidade existencial e ontológica e como relação social (LIMA, 1981, p. 75) inclusiva. Essa comunicação exercida pela extensão deve perceber o(a) estudante como protagonista de sua formação técnica e principalmente de sua formação cidadã. Nesse mesmo sentido, a Política Nacional de Extensão Universitária (2012) compreende que a extensão deve promover junto ao estudante um processo educativo que lhe possibilite se reconhecer como agente e garantidor de direitos e deveres, inserido dentro de uma realidade sensível às desigualdades socioeconômicas e, além disso, capaz de tocar e promover a transformação social do lócus onde está inserido.

A ausência de metodologias participativas que prezem pelo constante compartilhamento de conhecimento domestica o estudante e o aliena de seu lugar social, além de evitar o confronto com a realidade e silenciar as diversas práticas para socialização do saber ali produzido.

Ainda, nas palavras de Sandra de Deus (2020), não se trata então de extensão, é necessário confrontar o aprendizado com a realidade percebendo as instituições de ensino superior como indutoras de práticas, práticas coparticipativas que consideram o contexto do extensionista e tudo com o que ele dialoga – extensão como “ação cultural” (GADOTTI, 2017, p. 5).

Ação cultural essa apresentada por Freire (1985) como tudo o que o ser humano toca e imprime seu sentido, as palavras e seu significado, seu contexto, suas ações, sua luta por dominar o mundo, por impor sua marca na natureza, em contato com a dialogicidade da relação ser humano-mundo. Na visão do educador o

que se pode entender como metodologia para essa relação é a comunicação intercultural, em que, para ambas as partes, não é possível abandonar suas compreensões de mundo a fim de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade. A interação dialógica é a única capaz de construir um conhecimento que, em suma, não contribua para perpetuação das desigualdades étnicas e socioeconômicas e dos processos de discriminação e exclusão social tão presentes na formação do país. O Plano Nacional de Educação de 2014, conforme GADOTTI (2017, p. 1.), contém uma visão mais popular, que prioriza as ações em extensão em “áreas de grande pertinência social”, abandonando o olhar assistencialista,

“Mão dupla”, significa troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade, “entre-laçando” saberes e conhecimentos (GADOTTI, 2017, p. 2 *apud* SANTOS JUNIOR, 2013).

Dessa forma, a extensão consegue, através desse intercâmbio de saberes, quebrar com modelo unilateral e tradicional de transmitir o conhecimento.

### **3. À LUZ DA HERMENÊUTICA DIATÓPICA**

O diálogo intercultural, possibilitado pelos encontros e intercâmbios de saberes, nesse caso representado pelo saber acadêmico e científico de um lado e de outro, pelos saberes populares e tradicionais, oferece a possibilidade de expandir o olhar sobre a incompletude no interior de cada cultura. Boaventura de Sousa SANTOS (1997) denominou tal movimento como hermenêutica diatópica.

Segundo o autor, a hermenêutica diatópica é capaz de ampliar a consciência de incompletude mútua por meio do diálogo, baseando-se na ideia de que todas as culturas são incompletas e que dessa própria incompletude provém a verdadeira diversidade. Para que um diálogo intercultural seja capaz de suprimir as concepções de mundo de um em detrimento de outro, é necessário superar a ideia do universalismo e relativismo cultural, assim como assumir que todas as culturas

têm suas próprias concepções para os conceitos que posteriormente podem ser denominados como universais, a exemplo da concepção de dignidade humana – conceito base para a compreensão de direitos humanos. Cada cultura tem sua própria maneira de perceber o que é dignidade humana e, a partir daí, moldá-la para se transformar no seu próprio parâmetro de direitos humanos.

Continuadamente, apenas a relativa incompletude de cada cultura acerca da compreensão da dignidade humana pode costurar conjuntamente com a outra, o que só é possível devido à diferença e à pluralidade. Por último, a múltipla concepção de que cada cultura pode ter sobre o conceito de dignidade humana versa sobre dois princípios que se chocam dentro de uma sociedade: a igualdade e a diferença.

O que SANTOS (1997) faz é desenhar o que chamou “*topoi* forres” – lugares comuns retóricos mais abrangentes, os conceitos, de cada cultura. Exemplifica, assim, através da ótica dos direitos humanos e da concepção de dignidade humana a necessidade de múltiplas compreensões para expandir e legitimar o próprio debate sobre direitos humanos.

Nilma Lino Gomes (2017) tece a hermenêutica diatópica como metodologia potencial para despertar subjetividades capazes de trazer questionamentos genuínos de sentidos, da ação humana e da relação homem-mundo. O contato com o outro através do diálogo intercultural é capaz de restabelecer e ressignificar o sujeito e quase que conseqüentemente, seu meio. Em outras palavras, é a partir do dissenso, da não unanimidade, que há possibilidade de se perceber diante de incompletudes e diferenças.

GOMES explica que, por tal instrumento, o diálogo intercultural, é possível construir pensadores capazes de se indignar e repensar seu lócus. A socialização de saberes, a partir da desestabilização de ideias fabricadas, rompe com a epistemologia dominante, pois compreende que não há uma única forma de conhecimento, mas sim saberes compartilhados, alimentando um novo fazer educativo, que confronta, tenciona, questiona e emancipa.

#### 4. A PLURIVERSIDADE DO WATU E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UFJF-GV

A Pluriversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do Watu é um projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares (NAGÔ), realizado em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da UFJF, *campus* Governador Valadares, e o Instituto Shirley Djukurnã Krenak (ISDK). Tem como objetivo criar e ampliar espaços de educação intercultural e experimentação pedagógica interepistêmica, visando a contribuir para a formação transdisciplinar dos/as estudantes e docentes da UFJF-GV, bem como inspirar a decolonização do pensamento acadêmico por meio do resgate e da inclusão dos saberes tradicionais no ensino superior e na extensão universitária (DUQUE-BRASIL *et al.*, 2018).

Diante dos ditames da lei nº 11.645 de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede pública de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, o projeto visa a dar corpo ao que foi delineado em lei na UFJF-GV, por meio de cursos e ações de extensão voltadas para a consolidação de espaços de educação intercultural no *campus* como ação afirmativa em resposta ao racismo acadêmico (CARVALHO, 2004). Além disso, o programa procura promover a filosofia do Bem Viver e políticas de transição agroecológica como alternativas aos modelos de desenvolvimento hegemônicos, etnocêntricos e opressores, buscando contribuir para a inclusão de mestras e mestres indígenas, quilombolas e camponeses, bem como os saberes tradicionais e o diálogo interepistêmico nas universidades (CARVALHO, 2008; BRANDÃO e DELLAI, 2018).

A metodologia da Pluriversidade do Watu se inspira nos Encontros de Saberes (CARVALHO e FLOREZ, 2014) e se baseia em uma concepção de extensão e ensino-aprendizagem participativa, horizontal, intercultural e transdisciplinar. Num cenário anterior à pandemia, o projeto realizava cursos de extensão com mestras/es populares na universidade, além de oficinas e intercâmbios em comunidades tradicionais do território Médio Rio Doce, denominado *Watu na ithók* (língua) *Krenak*. Tais cursos e oficinas são originalmente conduzidos por camponesas/es, indígenas, quilombolas, terapeutas tradicionais e educadoras/es populares (DUQUE-BRASIL *et al.*, 2018).

Desde o início do programa, foram realizados diversos cursos e eventos, conforme especificado na Tabela 1. Também, o projeto promoveu eventos educativos (oficinas), que contaram com a colaboração participativa dos presentes junto aos mestres e mestras.

<b>Cursos</b>	<b>Mestras e mestres convidados/as</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Data</b>	<b>Número de participantes</b>
História e cultura dos povos indígenas de Minas Gerais: Krenak, o povo Borum do Watu	Shirley Krenak, Douglas Krenak e Geovani Krenak	20	15-19/05/2017	62
História e cultura dos povos indígenas de Minas Gerais: Krenak, Pataxó e Maxakali	Shirley Krenak, Mamey Maxakali, Voninho Maxakali, Alexandre Maxakali, Bayara Pataxó, Sinaré Pataxó, Natália Pataxó e Sekuai Pataxó	16	22-25/10/2018	40
Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	Leticia Aleixo (Clínica de Direitos Humanos da UFMG)	4	26/10/2018	31
História e cultura afrobrasileira	Sebastião Estevão "Farinhada", Mãe Du e Araci Cachoeira	4	30/11/2018	34
História e cultura dos povos originários do México	Rossembert Gutierrez Maya	4	11/09/2019	20

**Tabela 1.** Cursos de extensão realizados pela Pluriversidade do Watu entre 2017 e 2019.

Extramuros, foram realizadas duas oficinas de Agroecologia e Saúde da Mulher, em Tarumirim e na comunidade quilombola de Águas Claras (Virgolândia); dois Encontros de Benzedeiras e Curandeiros, em Governador Valadares e Marliéria; e uma Roda de Terapias Tradicionais e Saberes da Terra, em Caratinga. Nesse período, as ações presenciais do projeto envolveram 241 pessoas, incluindo estudantes, professores, técnicos, indigenistas, extensionistas, profissionais da saúde, agricultores e representantes de povos e comunidades tradicionais (DUQUE-BRASIL *et al.* 2018).

<b>Eventos e oficinas</b>	<b>Anfitriões</b>	<b>Data/Ano</b>	<b>Número de participantes</b>
Conservação da agrobiodiversidade, patrimônio genético e conhecimentos tradicionais	Assentamento 1º de Junho (Tumiritinga/MG)	27/08/2016	42
I Roda de Terapias Tradicionais e Saberes da Terra	Sítio Rocha, Córrego dos Parados (Tarumirim/MG)	05/11/2016	89

II Roda de Terapias Tradicionais e Saberes da Terra	Córrego dos Prazeres (Governador Valadares/MG)	10/12/2016	73
III Roda de Terapias Tradicionais e Saberes da Terra	Grupo de União e Consciência Negra (Ipatinga e Santana do Paraíso/MG)	27/05/2017	62
IV Roda de Terapias Tradicionais e Saberes da Terra	Portal da Serra, Cocais (Coronel Fabriciano/MG)	30/09/2017	86
ERÊ do Watu: Encontro Regional de Agroecologia do Rio Doce	Cidade dos Meninos (Governador Valadares/MG)	04-05/05/2018	67
Oficina de Agroecologia e Saúde da Mulher	Córrego dos Prazeres (Governador Valadares/MG)	07/04/2018	26
V Roda de Terapias Tradicionais e Saberes da Terra	Dom Lara (Caratinga/MG)	21/07/2018	64
II Encontro da Agrobiodiversidade e Feira de Sementes Crioulas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (São Geraldo da Piedade/MG)	23-24/07/2018	115
Oficina de Agroecologia e Saúde da Mulher	Tarumirim/MG	08/09/2018	49
Encontro de Benzedeiras e Curandeiros do Rio Doce	Cidade dos Meninos (Governador Valadares/MG)	28-29/09/2018	76
Encontro de Benzedeiras e Curandeiros do Vale do Aço	Oca do Ivo José (Marliéria/MG)	14-15/06/2019	121
Oficina de Biodiversidade e Terapias Tradicionais	Centro Agroecológico Tamanduá (Governador Valadares/MG)	23/08/2019	28
Oficina de Agroecologia e Saúde da Mulher	Águas Claras (Virgolândia/MG)	15/09/2018	43

**Tabela 1.** Eventos e oficinas realizadas pelo NAGÔ no âmbito da Pluriversidade do Watu entre 2017 e 2019.

Entretanto, as atividades tiveram que ser readequadas após a portaria federal nº 544/2020 que substituiu as aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19.

Diante de tamanha crise sanitária mundial, as atividades do projeto Pluriversidade do Watu passaram a ser desenvolvidas por meio de *lives* no Instagram®, alternativa sugerida pelos próprios parceiros Krenak para continuar em contato com lideranças dos povos indígenas, buscando ouvir suas demandas e

contribuições, tentando adaptar nossos intercâmbios de saberes a espaços virtuais de aprendizado e diálogo interepistêmico.

Assim, durante a pandemia em 2020, estando as atividades acadêmicas em regime remoto, o projeto realizou 15 *lives* contando com a participação de 15 lideranças indígenas de 10 povos distintos (Krenak, Xakriabá, Guajajara, Xavante, Pataxó, Tupinambá, Guarani Mbya, Kaiowá, Kumaruara e Yawalapiti), de 7 estados diferentes (BA, MA, MG, MS, MT, PA, SP) das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste do Brasil, além de uma artista militante da causa indígena e ambiental e de uma Roda de Saberes Virtual no III Congresso de Extensão da UFJF em 2021, conforme explicitado na Tabela 3).

<b>Tema/título da live</b>	<b>Convidado/a</b>	<b>Comunidade/ Município/UF</b>	<b>Data</b>	<b>Tempo (min)</b>	<b>VIG</b>	<b>VYT</b>
“Guerra sem Fim”	Douglas Krenak	Terra Indígena Krenak, Resplendor/MG	13/05/2020	71	391	103
“Cultura Indígena Krenak”	Itamar Krenak e Djanira Krenak	Terra Indígena Krenak, Resplendor/MG	19/06/2020	113	630	176
“Resistência Xakriabá em tempos de enfermidades: outras epistemologias de cura”	Célia Xakriabá Mindã Nynthê	Terra Indígena Xakriabá, São João das Missões/MG	24/06/2020	55	248	103
“Ecologia Política e Movimento Indígena”	Sônia Bone Guajajara	Terra Indígena Arariboia, Amarante do Maranhão/MA	02/07/2020	57	453	53
“Arte e densificação de Direitos Humanos”	Maria Gadú	São Paulo/SP	06/07/2020	62	580	99
“A proteção das crianças Krenak diante da Mineração”	Wakrewa Krenak	Terra Indígena Krenak, Resplendor/MG	18/07/2020	69	749	111
“História e diversidade cultural do povo Xavante”	Samantha Juruna (Tsitsina Xavante)	Comunidade Namunkurá, Terra Indígena São Marcos, Barra do Garças/MT	12/08/2020	59	71	225
“Cultura, Espiritualidade e Resistência Pataxó”	Karkaju Pataxó	Aldeia Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia/BA	15/08/2020	59	110	37
“Nossa maior arma é o sorriso.”	Babau Tupinambá	Aldeia Serra do Padeiro, Buerarema-Ilhéus/BA	20/08/2020	74	259	55
“Mulheres Indígenas em Movimento”	Sônia Barbosa (Ara Mirim	Terra Indígena Jaraguá, São	24/08/2020	51	131	45

	Guarani Mbya)	Paulo/SP				
"Resistência dos Povos Kaiowá e Guarani na Pandemia"	Valdelice Veron Kaiowá	Terra Indígena Taquara, Juti/MS	28/08/2020	70	262	72
"O sagrado e a defesa do Rio Tapajós"	Luana Kumaruara	Aldeia Solimões, Baixo Tapajós, Santarém/PA	02/09/2020	58	55	56
"História e Diversidade no cultural no Xingu"	Watatakalu Yawalapiti	Parque Indígena do Xingu/MT	04/09/2020	59	81	190
"Ação Indígena para o Bem Comum"	Geovani Krenak	Terra Indígena Krenak, Resplendor/MG	14/09/2020	59	181	-
"Acolher e Semear"	Shirley Krenak	Terra Indígena Krenak, Resplendor/MG	18/12/2020	63	101	-
"Educação Intercultural e Movimento Indígena"	Roda de saberes da Pluriversidade do Watu	V Mostra e III Congresso de Extensão da UFJF	28/01/2021	109	-	324
<b>Total</b>				1088	4302	1649

**Tabela 3.** Lista de *lives* realizadas pelo projeto de extensão Pluriversidade do Watu em 2020, com os respectivos temas, convidados(as), comunidade/local de origem, data, duração (em minutos) e número de visualizações no Instagram® (VIG), nos perfis @nago\_ufjf e @isdk, e no Youtube® (VYT), no canal do NAGÔ UFJF-GV, até o dia 10/02/2022.

Tais atividades contaram com a construção de um roteiro de conversa variável de acordo com a singularidade de cada contribuidor/a, buscando a melhor forma de interagir e propiciar um debate mais livre com as lideranças. Procurou-se, assim, deixá-las/os à vontade para expressar suas ideias. Os debates aconteceram entre os meses de maio e dezembro de 2020, conduzidos pelo coordenador do projeto Reinaldo Duque, pela orientadora pedagógica Shirley Krenak e/ou pela extensionista Abab Nino. Dessa maneira, com duração de aproximadamente uma hora, as *lives* aconteciam com a presença de um/a convidado/a e um/a integrante da equipe do projeto para condução participativa do diálogo intercultural virtual.

Por se tratar de um projeto de extensão, a aprendizagem participativa, a comunicação e a troca de experiências entre os partícipes foram atravessados pela conjuntura pandêmica que impediu um diálogo mais próximo, o que é característico do projeto. Ainda, a deficiência que envolve a amplitude e o alcance da internet de qualidade e equânime é também um obstáculo para as/os extensionistas. Isso porque um dos pilares da extensão é vivenciar diferentes realidades presencialmente para verdadeiros intercâmbios culturais e trocas de saberes, vislumbrando eliminar barreiras que foram historicamente construídas muitas das

vezes pela segregação social e racial no Brasil (CARVALHO, 2004; CARVALHO e FLOREZ, 2014).

Apesar de tais dificuldades, o diálogo com os diversos participantes proporcionou inúmeras reflexões e aprendizados sobre os povos indígenas do país. Foram abordadas diferentes temáticas, a exemplo de manifestações culturais, cosmologias, estratégias de enfrentamento da pandemia, consequências das negligências estatais, o debate sobre direitos humanos, a urgência de rever a relação humana com a natureza, a importância dos processos de cura ancestral e promoção de saúde a partir dos conhecimentos tradicionais, e o papel da arte na densificação de direitos humanos. Ressalte-se que o tratamento das temáticas contribuiu para aprimorar a discussão quanto ao protagonismo dos povos tradicionais na luta por seus direitos constitucional e internacionalmente reservados.

Muito embora os entraves ditos anteriormente, a experiência remota da comunicação intercultural promovida pelo projeto traz à tona o engrandecimento do espectro do fazer extensionista. No tocante à atuação da Pluriversidade do Watu, percebe-se a ampliação do território sobre o qual, num momento anterior, restringia-se ao município de Governador Valadares e arredores.

Além do mais, há um crescimento no número de participantes, a média de visualizações na rede social *Instagram* é de 286,8 e no *Youtube* é de 171,7, números consideravelmente superiores em comparação aos eventos presenciais, que contam com média de 37,4 partícipes. Sem desconsiderar a grandeza das ações presenciais do projeto, nota-se que, ao conseguir dialogar com lideranças conhecidas em todo o território brasileiro, as atividades são expandidas saindo do âmbito regional para o nacional.

## **5. PLURIVERSIDADE DO WATU, DIREITOS HUMANOS E A RESILIÊNCIA EXTENSIONISTA**

A diversidade de temas tratados via *lives* propiciou uma multiplicidade de abordagens sobre pontos centrais nas discussões que complementam e subsidiam o entendimento sobre direitos humanos, como direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito à educação, à saúde, à água, à moradia, ao território a valorização da pluralidade humana.

A tratativa sobre direitos humanos no âmbito da Pluriversidade do Watu considera todos os quesitos essenciais para o fazer extensionista emancipador. Isso significa dizer que a extensão, como comunicação intercultural, é capaz de desconstruir o olhar hegemônico sobre o outro, ao mesmo tempo em que edifica novas concepções formadas pelos próprios sujeitos (indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de forma geral), promovendo também, no mesmo movimento de construção e desconstrução, novos conceitos e formas.

Sobre isso, Célia Xakriabá em uma das entrevistas realizadas em junho de 2020, sob o título de “Resistência Xakriabá em tempos de enfermidade: Outras epistemologias de cura” pontua o “ensino colonizãfo”, dialogando com Paulo Freire sobre a reprodução sistemática em perpetuar uma história que enviesa o entendimento e o sentido do que o próprio Xakriabá denominou como ensino, ou também como escola, que exclui e que silencia.

Célia Xakriabá coloca:

Entrei na escola indígena e aí sempre as lideranças falavam assim: “Ah, escola ajuda a demarcar território.” Nós falávamos: “Mas como assim essa escola ajuda a demarcar território?” e foi quando eu fui percebendo quando a gente usa a escola a nosso favor, **porque a escola também ela chega nos territórios indígenas com a mentalidade de colonizar**, mas aí as lideranças aqui... eu não uso o termo reapropriação que usam na Antropologia, eu uso o termo “amansamento” que as lideranças Xakriabá diz. Eu falo assim: **“então, os povos indígenas de Minas Gerais amanso a escola ao nosso favor”** [destacaram-se] (XAKRIABÁ, 2020).

Mais à frente do diálogo, a liderança feminina Xakriabá abordou a “educação territorializada” como alternativa ao modelo tradicional de educação, trazendo à tona outra percepção sobre a contemporaneidade enferma:

**Porque educação territorializada é o caminho da cura pra essa outra educação, não é sair capturando os rituais pra dentro da escola não**, é sair capturando os mais velho pra dentro da Escola. **Mas a escola deslocar pra roça**, a escola deslocar pra retomada, deslocar pra fazer pintura corporal pra pegar o jenipapo, e não achar somente o jenipapo pronto pra colocar no corpo. Então é esse deslocamento da escola. **Porque pra nós, antes da Escola chegar na comunidade já existia uma comunidade. Então sempre existe uma escola da vida e uma vida na escola. Por isso que nesse momento de imposição de tele-aula**, nós estamos num momento de terra-aula [destacaram-se] (XAKRIABÁ, 2020).

E continua:

É muito mais do que um plano de trabalho pra escola, um plano pedagógico, nós estamos num plano de vida e quem tem muito mais condição de falar, de renovar, reinventar esse momento do calendário somos nós, **porque nós não considera que nós estamos sem fazer nada, nós não considera que as crianças estão paradas. Elas estão vivendo muitas vezes um tempo que foi sequestrado com o tempo da escola**, foi uma ruptura também... acaba que perdendo muito tempo dessa relação com os pais, dessa relação com os mais velhos. **É claro que nós temos a educação como ferramenta de luta, mas nós lutamos por uma educação do jeito que a gente quer, sem matar o que a gente é** [destacaram-se] (XAKRIABÁ, 2020).

Nesse mesmo sentido, Sônia Bone Guajajara, ex candidata a vice-presidência do Brasil em 2018 e atual presidente da Articulação Indígena dos Povos do Brasil (APIB), na *live* temática “Ecologia Política e Movimento Indígena”, realizada dia 02 de julho de 2020, frisa a importância de usar as instituições e partidos políticos a favor da causa indígena, a qual envolve uma série de direitos reservados constitucionalmente, como o do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito à água tratada, moradia, entre outros:

Embora não tivemos um resultado eleitoral, né? positivo. Mas o ganho político que a gente teve com essa candidatura sabe, é imensurável, porque a gente conseguiu trazer temas, pautas, que nunca tiveram no centro do debate político, né? Do debate público. A própria pauta ambiental que sempre foi muito secundarizada, né? Que sempre foi muito negligenciada, né? Dentro dessa disputa, né? A própria pauta indígena, que nunca teve nenhum lugar, né? Nessa disputa eleitoral, a gente teve um espaço ali de tá mostrando, de... de tá falando diretamente com o mundo colocando [áudio interrompido] e isso foi muito significativo (GUAJAJARA, 2020).

Segundo Sônia Guajajara, a associação da luta por um meio ambiente ecologicamente equilibrado à pauta indígena é um elo importantíssimo para a preservação da vida humana e da biodiversidade de toda a fauna e flora brasileiras:

**A biodiversidade viva que ainda existe**, o próprio... as próprias florestas em pé, a água limpa, onde há. **Existe por conta do modo de vida dos povos indígenas, né?** A própria biodiversidade que existe na amazônia, ela não tá ali porque nasceu ali daquele jeito, não tá essa diversidade toda ali, né? De floresta, porque sempre foi assim. Não, a própria biodiversidade que existe na amazônia é fruto do modo de vida dos povos indígenas. **Porque a milhares de anos, mesmo antes da própria invasão europeia, essa circulação livre dos indígenas pelos territórios, levava né?** Sementes de um lugar pro outro, do Sul pro Norte, do Centro-Oeste pro Norte, do Norte pro Sudeste. Então sabe, é o que acabou gerando toda essa biodiversidade que (GUAJAJARA, 2020).

A liderança continua:

Acho que é chocante. Como que a maioria das pessoas não conseguem conceber assim, a luta ambiental com a luta indígena, né? E assim nós, nós não conseguimos pensar uma luta em defesa do meio ambiente dissociada, separada da nossa luta. [...] Então eu já fico desconfiada sabe, eu já fico desconfiada. **Porque não tem como fazer defesa do meio ambiente, lutar por proteção ambiental sem defender os direitos sociais, culturais dos povos indígenas, né? Não tem jeito!** (GUAJAJARA, 2020).

A luta pela preservação começa, portanto, desde a colonização:

Então toda essa invasão, destruição que se deu lá em 1500, [...] chegando essa pressão toda na Amazônia, né? E tá todo mundo sentido já agora que esses projetos legislativos estão ameaçando totalmente, né? Não só o meio ambiente, mas a própria... **A nossa própria existência, o nosso modo de vida** [destacou-se] (GUAJAJARA, 2020).

Sônia Bone Guajajara continua e enfatiza a relevância das redes sociais em pulverizar as informações hoje protagonizadas pelos próprios sujeitos ativos da causa. O encontro Acampamento Terra Livre (ATL) que, num momento anterior à pandemia acontecia presencialmente na capital do país, mobilizando povos indígenas de todo o Brasil em torno de seus direitos e garantias constitucionais, em 2020, aconteceu de forma remota.

A gente fez o Acampamento Terra Livre online, né? [...] A gente saiu também desse ATL, né? Com um resultado muito bom. Foram mais de 1 milhão e 500 mil acessos só da página da APIB, né? Durante a nossa programação. Então assim, né? A gente tá ocupando bem as redes sociais. Nós temos falado **“Vamos agora além de demarcar terras, demarcar telas e ocupar as redes sociais”**. [...] Mostrando como é que tá a pandemia entre os povos indígenas, né? Então a gente precisa ir se adequando também, né? Então tem o... tem é uma mudança, né? A gente fala assim, **“A cada novo ataque é preciso adotar novas estratégias de luta”**. Então para nós não tem o... uma... uma... Um exemplo melhor que esse que nós estamos usando agora, né? De... da forma como **a gente tá usando as tecnologias para continuar assim... na visibilidade... continuar fazendo as denúncias e também continuar articulando** [destacaram-se] (GUAJAJARA, 2020).

Paralelamente, a ativista em direitos humanos, Maria Gadú, na *live* realizada em 08 de julho de 2020, intitulada “Arte e Densificação de Direitos Humanos”, concordando com Sônia Guajajara afirma que

**A internet ela deu uma amplificada nisso que a gente tá fazendo**, [...] acho que quando a gente estava limitado a certos veículos de informação, essas coisas não eram amplificadas. Se você doava sopa na praça da Sé, ou se você lutava pela causa indígena. sabe?! Essas coisas não eram amplificadas, **acho que esses canais de uns anos para cá puderam deixar as pessoas a par das lutas é...**

**das lutas unitárias, tanto das lutas coletivas[...] então a gente conseguiu se coletivizar mais e fazer as coisas se conectarem [destacaram-se] (GADÚ, 2020).**

Dando continuidade, a artista foi provocada pelo entrevistador, Reinaldo Brasil, sobre a dissociação da arte ao que o artista é, ao que ele acredita, e também seus questionamentos políticos perante o mundo, ao que Gadú responde:

Eu acho que, a cada vez mais claro está, que a arte, ela é fragmentada por várias camadas. **A gente tem expressões artísticas que são genuínas dentro dessa função da contestação, de trazer à tona, né, vira esse veículo de trazer à tona essas questões...** e não é de agora, não é desse momento que a gente tá falando. A gente tá falando de anos, onde **a arte vira esse veículo-** é arte em várias plataformas, **dentro da música, dentro da artes plásticas dentro, do cinema, né. dentro da literatura, é... a arte vira esse veículo de questionar e de expor outro ponto de vista,** de ilusionar, de, talvez, até deixar as coisas utópicas, né?![...] Eu vim aqui para te surpreender, né?! Para talvez te questionar, eu não vim aqui te aplaudir e nem me aplaudir, eu não quero esse aplauso, também. **Eu vim para questionar, para deixar as coisas claras para que a gente questione, né?![...]**A minha primeira canção, que eu fiz quando ainda era criança, fala sobre preservação. Tem a música falando sobre a trajetória de uma mulher preta, que é a canção que eu fiz para minha avó, Dona Cila [destacaram-se] (GADÚ, 2020).

Mais adiante, ela complementa a razão da arte de maneira muito similar ao que Nilma Lino GOMES (2017) faz ao pensar o projeto educativo emancipatório, o qual gera inconformismo, desconforto e questionamento, tensionando realidades. Para isso, Maria Gadú explica que acha “**que a arte vem para criar esse tipo de conflito mesmo, não existe unanimidade e nem é bom que exista. Porque onde há unanimidade não há questionamento** e não é bom, gente [destacou-se] (Gadú, 2020)”.

De forma igualmente rica, a liderança indígena, Shirley Djukurnã Krenak, coordenadora pedagógica do projeto Pluriversidade do *Watu*, finaliza o ciclo de debates virtuais com o tema “Acolher e Semear”, ressaltando as instituições de ensino como principais espaços de formação e de plantio de ideias, as quais podem e devem atrelar os conhecimentos em prol de toda a população. Destaca ainda a conjuntura pandêmica que exigiu grande articulação de diversos setores da sociedade (KRENAK, 2020).

A respeito da questão educacional, nós demos um exemplo muito grande, Reinaldo, nesse decorrer desse tempo todo dessa pandemia chegando até aqui. Olha a parceria que nós fizemos, né? **Junto com a universidade, com o curso de farmácia. Olha pra você**

**ver! Nós unimos a tradição, a ciência, né? E o saber. [...] nós pegamos a ciência, pegamos o trabalho todo coletivo junto com a galera da farmácia e produzimos álcool gel, álcool 70, máscaras, tudo isso dentro da Universidade junto com os professores de farmácia. Fazendo essa união, entregando tanto pro povo Krenak, tanto pro povo Maxakali, sabe? [...] Que exemplo de educação, né? **Que exemplo de fortalecimento dentre desses espaços institucionais, dentro desses espaços educacionais de que a união dentro da universidade com os povos tradicionais é certo! Nós podemos trabalhar junto, nós podemos caminhar junto dentro das universidades, cê tá me entendendo?** [destacaram-se] (KRENAK, 2020).**

Djukurnã Krenak explicita, mais uma vez, a importância das universidades e da troca de saberes, denunciando os desmontes na educação e seus resultados:

**Cara, poxa vida! Pessoal tá querendo deixar de investir na ciência, cara, como assim, cara! Deixar de investir na educação, como assim meu deus? Deixar de investir nas universidades, nas escolas públicas, nas escolas... Poxa vida! Então... na verdade o que esse governo quer é que as pessoas não tenham entendimento do que é ter direito como ser humano, né? Para virar escravos, esse governo quer escravos trabalhando novamente. Não quer entendimento das pessoas, não quer que as pessoas vão a frente buscar conhecimento, desbravar conhecimento, buscar sempre o entendimento do que é ter o direito de viver bem. Então, a gente precisa se unir nesse sentido, porque mais exemplos do que nós, povos indígenas temos nesse período da pandemia, cê tá louco! Olha aí o Acampamento Terra Livre Online, cê tá louco! Olha o que que nós fizemos, cara! [destacou-se] (KRENAK, 2020).**

A extensão cumpre, assim, a integração dos saberes acadêmico e popular, tornando exequível que a missão da universidade pública propicie a construção de outras vias para o desenvolvimento social e regional. A universidade, como bem disse Shirley Krenak, colabora para a reformulação de valores e práticas para a nação brasileira.

De maneira bem entrelaçada, a liderança indígena Wakrewa Krenak conta na live realizada dia 18 de julho de 2020 sob o nome de “A proteção das crianças Krenak diante da Mineração”, a irreparabilidade do crime da Samarco no Rio Doce, quando do rompimento da barragem de Bento Rodrigues/Mariana. A liderança Krenak destaca o crescimento das crianças Krenak dentro da aldeia e a impossibilidade de entrar no rio. Dubiamente, a forma de proteger a vida e mantê-las saudáveis é apenas uma: proibir as crianças de tomar banho no rio. negativa anteriormente desconhecida pelos indígenas, ocasionada pela chegada do homem

branco e demais tragédias, como a doença também dantes desconhecida e, no caso a mineração.

Wakrewa afirma:

**A mineração é morte. É morte não só para os povos indígenas não. A mineração é morte para a humanidade**, porque é a... **quando a mineração chega, chega também o ódio**, chega a **ganância** e chega aquele espírito que quer se apossar de tudo e levar toda a nossa riqueza, a riqueza material né? Que são as riquezas que contém aqui na nossa terra, mas a riqueza que existe dentro de **nós indígenas se chama cultura é essa a mineração não mata** (KRENAK, 2020).

Wakrewa Krenak dialoga com Sônia Guajajara uma vez que falam da cultura indígena como cultura de preservação, a única capaz de não ferir a mãe terra, e de preservar o meio ambiente, sem destruição e enfermidades.

Mais adiante, Wakrewa Krenak faz ponderações parecidas com as quais Samantha Juruna Tsitsina Xavante na *live* “História e diversidade cultural do povo Xavante” faz. Situado no Mato Grosso, o povo Xavante conta que a relação povo indígena homem branco, gerou grandes perdas devido ao sarampo.

Tsitsina Xavante conta que:

**Os Xavantes** que hoje estão em Marãiwatsédé, **foram retirados daquela área, obrigados a ser retirados daquela área, e vieram hoje para a localidade da Terra indígena São Marcos. E nesse processo de trazer eles de lá pra cá, foi quando já vieram infectados** quando deram... **“Ah vamos dar roupas, né? vamos dar roupas, né?!porque índio tem que vestir roupas, né?, não pode andar nú”**. E quando teve então uma grande perda **também de muitos Xavantes nessa época por conta do sarampo.**Então, é.. **a gente ainda tem Anciãos que lembram dessa.. a gente fala assim “são as memórias vivas né”**, que a gente tem anciãos que viveram nessa época, e contam esses relatos. **E em relação.. foi nesse mesmo período também, foi quando começou o processo de catequização do povo Xavante, né?** A terra indígena São Marcos é uma terra indígena que tem uma missão Salesiana. E que isso modificou a... A cultura de um... De um todo. Não somente em questão da roupa, mas em questão das práticas religiosas também. (XAVANTE, 2020).

Todas as lideranças, Wakrewa e Tsitsina, demonstram como o contato com o homem branco é sempre devastador e implica em perdas irreparáveis para si, para seus povos e suas culturas. No que diz respeito ao crime da Samarco, Wakrewa Krenak afirma:

O que nós perdemos foi embora, a vida do nosso *Watu* foi embora. **Não foram apenas peixes não, não foram apenas as ervas que tinham ali que davam nossos remédios, a capivara todos os animais que existiam ali. Não é só isso, é a cultura de um povo e é muito mais que a gente pode imaginar. Quando a gente fala da cultura, a gente tá falando de muita coisa, de muita coisa que... que embora os homens brancos não conseguem enxergar nós indígenas conseguimos**, porque matou... matou o nosso pai, matou a nossa mãe. E quem vai nos dar isso de volta? Ninguém.[...](KRENAK, 2020).

Mas isso não significa “que meu povo deixou de praticar as práticas culturais”, disse Samantha Juruna Tsitsina Xavante (2020). Mais a frente, a portavoz dos Xavante, com ela mesmo se denominou, expõe a crueldade e a contradição das missões religiosas quando da colonização, e diz:

E outra coisa que você destacou também é essa... Esse processo das missões religiosas, né? **Que sempre tiveram uma relação contraditória. Por um lado reprimindo diversos aspectos da cultura local, provocando até o que se possa chamar de um etnocídio de alguma forma. É... E que também comparado a guerra aberta do processo de colonização até que eles eram mais humanos (risos).** Mas assim, é como você falou. **Manter práticas religiosas e a língua e vários traços culturais é uma forma de resistência**, né? E como é que foi essa resistência aí pra manter determinados traços culturais, nesse processo também de colonização religiosa aí num povo que teve essa, né? Essa presença tão forte da missão (XAVANTE, 2020).

A despeito da tentativa do etnocídio e do genocídio espistemológico, representado pela tentativa do colonizador de invisibilizar aquele povo e forçá-los a uma nova cosmologia, a liderança entende hoje a importância de falar o português como forma de garantir e buscar por mais direitos para os povos indígenas.

Samantha Xavante afirma,

**Cada qual, teve um processo de resistência. Por exemplo, se a gente for checar alguns povos do Nordeste, até onde eu sei tem somente o Fulni-ô que é falante da língua ali na região nordeste.** Mas isso não significa que os outros povos do nordeste não são indígenas, são sim![...] Teve sim um processo de resistência, mas assim a percepção que eu tenho, que **alguns Xavantes daquela época viram** também talvez como uma oportunidade, no sentido que... Que **a oportunidade foi no sentido de também aprender o português, porque os salesianos, eles também começaram a ensinar o português, a fala e a escrita. E é uma maneira que hoje, povos indígenas de uma maneira geral, a nível de Brasil, a gente precisa também falar o português e se tiver a escrita melhor ainda, pra gente poder defender nossos direitos** (XAVANTE, 2020).

A necessidade de entrada nos espaços institucionais da-se na medida em que o cenário político não está de acordo com os ditames legais, e ainda, subverte sentidos, direitos, entendimentos e previsões a nível internacional de preservação aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Sobre isso, Geovani Krenak em live realizada no dia 14 de setembro de 2020 com a temática de “Ação Indígena para o bem comum” frisou a importância de adentrar aos espaços institucionais para, como disse Samantha Juruna Tsitsina Xavante (2020) “defender nossos direitos”.

Geovani explica que:

**é muito retrocesso com a eleição do atual governo[...] A gente tá incentivando os parentes a se filiarem, porque a gente entende que as decisões passam pelo contexto político, né? Principalmente em relação a questão ambiental.** Então nós temos que ter, temos a Deputada Joemia, tem a Shirley também que já é uma... são mulheres que estão a frente no congresso nacional estão com enfrentamento muito grande, né? **Pra defender o direito dos povos tradicionais,** mas eu acho que isso quando vai indo para o interior, para as cidades menores, isso vai ficando mais complicado ainda, né? Principalmente na questão de vereadores que é a base (KRENAK, 2020).

Posta tais questões políticas fundamentais a garantia e permanência de direitos dos povos indígenas, apesar dos entraves, ao final do ano de 2020 o município de Resplendor elegeu um vereador indígena. O que representa por si, uma esperança e grande

A formação humanística contempla-se, uma vez que, além do conteúdo das entrevistas *online* abordarem direitos estabelecidos em sede constitucional, contribuem para a valorização da diversidade com multiplicidades de vozes étnicas e opiniões críticas. Compreende-se também a valorização da alteridade, das diversas possibilidades do ser, das produções de conhecimento autênticas e fidedignas à pluriversidade humana, que valida todas as perspectivas que a vida pode produzir.

## CONCLUSÃO

Sob pena da repetição dos padrões conservadores e elitistas, a prática não socializada de produção de conhecimento e a atuação proselitista da extensão abre

espaço para uma construção do saber endógeno, limitado à sala de aula, que retira do estudante o protagonismo na construção de sua construção profissional.

A comunicação intercultural, à luz dessas reflexões, mostrou-se capaz de delinear duas concepções em constante debate, o fazer extensionista, aqui já discutido, e a visibilidade da luta por direitos de grupos historicamente oprimidos e marginalizados, como os povos originários no Brasil. Além disso, os objetivos foram alcançados tendo em vista a discussão sobre a importância das experiências extensionistas da Pluriversidade do *Watu* na densificação do debate e da formação em direitos humanos para os estudantes.

Através do conteúdo das *lives* apresentadas e no que concerne ao programa NAGÔ, seu fazer extensionista, a edificação da dialogicidade de diferenças no âmbito da UFJF-GV, construindo multifacetadas do saber junto aos povos originários no Brasil e na região do Médio Rio Doce, representando, portanto, a quebra de paradigma e, além disso, promovendo resultado que corrobora e reafirma seu princípio, qual seja o diálogo interepistêmico, transdisciplinar e emancipador.

Ademais, avaliamos também os impactos positivos que, não obstante as dificuldades do ensino remoto, as atividades extensionistas virtualizadas podem gerar, sendo elas, ampliação dos lócus de atuação, saindo da regionalidade territorial local para dimensões estaduais e nacionais, maior número de envolvidos nas atividades, maior diversidade cultural, epistêmica e cosmológica.

Diante disso, a atuação da Pluriversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais do *Watu* conseguiu tencionar ainda mais o debate sobre a extensão, questionando e conjuntamente atuando de maneira a abandonar o olhar assistencialista e difusionista do fazer extensionista, cooperando para uma visão mais democrática de saberes dentro da universidade.

Além disso, o projeto demonstra como a comunicação intercultural oferece para o debate humanístico, aquilo que hoje lhe é mais ausente: a valorização do homem em sua diversidade e capacidade de transformação do mundo, através de povos originários do Brasil.

O resultado de atuações como as atividades do fazer extensionista NAGÔ é o enriquecimento de experiências para os estudantes, pois proporcionam diversidade de metodologias, teorias e vivências, além da própria produção acadêmica em teses, artigos, livros, dissertações, cartilhas e afins. A partir disto, é

interessante pensar como ampliar o projeto de extensão universitária através dos moldes da comunicação intercultural.

Em tempos de desmontes, de disputas ideológicas e ao mesmo tempo de obscuridade em discursos, como garantir a permanência de um modelo extensionista político e democrático? A curricularização da extensão é um caminho para o qual é possível atender demandas que surgem na dinâmica da sociedade brasileira através de políticas públicas, ao mesmo tempo, pode ser o engessar o fazer extensionista nos muros da universidade.

Finalmente, a resiliência extensionista evidencia-se capaz de construir a comunicação intercultural usando o meio virtual como potencializador de ações políticas promotoras de ações cada vez mais humanísticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, J. D.; DELLAI, W. Bem viver e agroecologia: da emergência epistêmica à práxis descolonial. **Cadernos de Agroecologia**: Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. V. 13, n.1, jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto 6.040** [Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais]. 7 fev. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2022.

CADERNOS ANDES, **PROPOSTA DO ANDES-SN PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA**, 2003. Acesso em 20 de janeiro de 2022. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/caderno2\\_andes.pdf](http://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/caderno2_andes.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2022.

CARVALHO, I. C. M. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, 2008.

CARVALHO, J. J. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Série Antropologia**, Brasília, v. 358, 2004.

CARVALHO, J. J. & FLOREZ, J. F. Encuentro de Saberes: Proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. **Nómadas**, Bogotá, v. 1, p. 131-147, 2014.

DUQUE-BRASIL, Reinaldo.; KRENAK, S. A. S.; VIEIRA, M. E. B. P. Nagô do Watu: Educação intercultural e inclusão de saberes tradicionais na universidade pública. In: Belém +30 / Anais do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia e XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, Belém, PA, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4 o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORPROEX - **Política Nacional de Extensão Universitária**. Versão publicada em julho de 2012.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para que?**. 2017. Acesso em: 20 de janeiro de 2022. Disponível em: <[https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2022.

GADÚ, Maria. **Arte e Densificação de Direitos Humanos**. DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, julho, de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cr3IN-ZrRa0>>. Acesso em: .07 fev. 2022.

GUAJAJARA, Sônia Bone. **Ecologia Política e Movimento Indígena**. DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, julho, de 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=TBR\\_XJy0qvE](https://www.youtube.com/watch?v=TBR_XJy0qvE)>. Acesso em: .07 fev. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GUDYNAS, E. Bem Viver. In: Descrecimento: vocabulário para um novo mundo. G. D'Alisa, F Demaria & G Kallis (orgs.). Tomo, Porto Alegre, 2016.

KRENAK, Shirley. **Acolher e Semear**. DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, julho, de 2020. Disponível em: <[https://www.instagram.com/tv/Ci9WMXJDq9s/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/Ci9WMXJDq9s/?utm_medium=copy_link)>. Acesso em: .07 fev. 2022.

KRENAK, Shirley Djkurnã. **Acolher e Semear**. DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, julho, de 2020. Disponível em: <[https://www.instagram.com/tv/Ci9WMXJDq9s/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/Ci9WMXJDq9s/?utm_medium=copy_link)>. Acesso em: 07 fev. 2022.

KRENAK, Wakrewa. **A proteção das crianças Krenak diante da Mineração.** DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, julho, de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E-VV1CdZmxs>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

KRENAK, Geovani. **Ação Indígena para o Bem Comum.** DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, setembro, de 2020. Disponível em: <[https://www.instagram.com/tv/CFIvWE6DLfI/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/tv/CFIvWE6DLfI/?utm_medium=copy_link)>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MACIEL, Alderlândia da Silva; MAZZILLI, Sueli. **Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa E Extensão:** Percursos De Um Princípio Constitucional. 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de direitos humanos.** 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 15 de janeiro de 2022.

XAKRIABÁ, Célia. **Resistência Xakriabá em tempos de enfermidade:** Outras epistemologias de cura. DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, junho, de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7eCSTPo6QSw>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

XAVANTE, Tsitsina. **História e diversidade cultural do povo Xavante.** DUQUE-BRASIL, Reinaldo. Projeto de extensão Pluriversidade do Watu, UFJF-GV, agosto, de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c5raVtSJWcw>>. Acesso em: 07 fev. 2022.